

Discurso do deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL/SP), egresso do curso de Direito da Unesp de Franca, durante sessão do Conselho Universitário (CO) em 27/4/2023, em Botucatu

Tenho uma alegria imensa de participar, pela primeira vez, do Conselho Universitário da UNESP, universidade onde eu me formei e pela qual eu militei ativamente no movimento estudantil. E, de forma especial, como deputado estadual, eleito com 45.094 votos, e agora, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da UNESP.

Primeira vez porque, apesar de todo o meu esforço ao longo dos anos de graduação, não vi a participação dos estudantes nos órgãos colegiados centrais durante meus anos de graduação. Fico feliz de saber que, nesse ano, o movimento dos estudantes está se articulando para ocupar esse espaço, com o qual tanto tem a contribuir. Espero que esse seja apenas o primeiro passo para a conquista da tão importante paridade nos órgãos decisórios da universidade, que garanta a isonomia entre os três setores que compõem a nossa comunidade. A universidade pública não perde nada, mas se fortalece muito, com mais democracia.

Essa instituição é muito importante para o estado de São Paulo, mas também para mim pessoalmente. Sou, com muito orgulho, graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do campus de Franca, onde comecei a estudar em 2016 e me formei em 2020.

Tenho na UNESP a minha *alma mater* e a ela eu devo todas as mudanças que aconteceram na minha vida nos últimos 7 anos. Foi me inscrevendo para o vestibular da Unesp em 2015 que eu pesquisei no Google, pela primeira vez, a palavra “Franca” e mesmo sendo aprovado em História na USP, decidi dar uma guinada na minha vida e me mudar para 400 quilômetros de distância. Essa decisão impactou todos os aspectos da minha vida desde então.

Essa magia de desbravar cidades desconhecidas, morar com pessoas com as mais diversas origens e se envolver com projetos de ensino, pesquisa e extensão até então inimagináveis só é possibilitada para milhares de estudantes todos os anos porque existe a UNESP, a única universidade estadual paulista presente em 24 cidades e todas as regiões do estado, sobretudo para aqueles jovens das mais distantes regiões do interior que veem aqui a única oportunidade de cursarem e se formarem em uma universidade pública.

Foi através dessa universidade que eu aprendi o que eu sei sobre o Direito e, ainda mais importante, sobre o estado de São Paulo. Tive a oportunidade de conhecer as cidades de Franca, Botucatu, Bauru, Assis, Araraquara, São Paulo, Registro, Rosana, Ilha Solteira, Marília, Araçatuba e Presidente Prudente visitando campus e conversando com estudantes, professores e técnico-administrativos pra construir a luta em defesa da educação pública.

E é graças a Universidade Estadual Paulista que carrego no bolso duas carteiras de identificação profissional: uma de advogado e outro de deputado estadual. Devo à essa universidade minha formação profissional, acadêmica e também política. Porque o exercício da cidadania, a participação política ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico também são tarefas da universidade pública.

Minha experiência na UNESP só não foi mais satisfatória porque coincidiu com a avalanche de retrocessos que se abateu sobre o nosso país desde 2016.

Quando eu entrei na UNESP, discutíamos como a consumação de um impeachment sem crime de responsabilidade abriria as portas para grandes males para a nossa democracia e para o nosso povo. Naquele mesmo ano, o movimento estudantil se posicionou contra a então chamada reforma do ensino médio que hoje, sob o nome de Novo Ensino Médio, demonstra que só faz aprofundar as desigualdades existentes entre o ensino público e o privado.

No meu segundo ano de graduação, participei da greve geral contra a dita “PEC do Teto”, que sob a premissa de uma austeridade que nenhum país do mundo aplicou, limita há anos o investimento público em saúde, educação e assistência social, contra a reforma trabalhista, que aumentou a informalidade no mercado de trabalho e criou uma legião de trabalhadores sem direitos, e a reforma da previdência, que dificultou ainda mais o acesso de todas as gerações à merecida aposentadoria.

No meu terceiro ano de graduação, a universidade pública se uniu para repudiar o crescente discurso antidemocrático, obscurantista e negacionista que ganhava cada vez mais espaço. Fomos os primeiros a alertar que a misoginia, o racismo, a LGBTfobia, o armamentismo e a anticidência que ganharam a eleição presidencial seriam um desastre para o país.

No meu quarto ano de graduação, organizei a manifestação do meu campus contra o corte de investimentos nas universidades públicas por parte de um governo que chamava de “balbúrdia” a pesquisa e a ciência que desenvolvemos apesar da desvalorização e do subfinanciamento das nossas instituições e projetos.

E, no meu último ano de graduação, vimos, da pior forma possível, as consequências do negacionismo científico e do autoritarismo quando fomos atingidos por uma pandemia para a qual ninguém estava preparado, mas que a ação de um presidente insensível e obscurantista ajudou a chegarmos a 600 mil vidas perdidas, muitas das quais poderiam ser poupadas se os cientistas, epidemiologistas e profissionais da saúde fossem ouvidos. Pandemia essa da qual saímos graças à pesquisa científica desenvolvida em institutos e universidades públicas.

Não posso falar da minha experiência na UNESP sem esse contexto porque, por mais ampla que seja a comunidade de alunos, professores e servidores que constrói essa universidade, não somos uma ilha isolada. E, justamente por isso, é nosso dever vigiar e nos posicionar contra qualquer ameaça de recrudescimento dos direitos conquistados pelo povo brasileiro, do financiamento público e da nossa tão frágil e incompleta democracia.

Porque não pode haver ciência sem democracia. Ciência exige liberdade e pensamento crítico e os obscurantistas se apavoram com esses dois elementos. Não por outro motivo, a educação pública brasileira foi alvo de uma onda coordenada de ataques ao longo dos últimos anos. Ataques esses que hoje mostram seu resultado quando vemos escolas, creches e faculdades sendo palco de violência e ódio que nunca deveriam ter espaço ali.

O financiamento adequado das nossas universidades e institutos de pesquisa prescinde da existência de instituições e liberdades democráticas. Por isso, cumprimento esse Conselho Universitário por ter se manifestado, em 2018 e 2022, contra as ameaças à nossa democracia e novamente agora, quando as instituições democráticas do nosso país foram ameaçadas por uma tentativa de golpe de Estado. Não pode haver dúvida de que a universidade pública está do lado da ciência, da racionalidade, da igualdade, da justiça, da soberania do voto popular e do combate intransigente à qualquer manifestação de discriminação e opressão.

E agora, mais uma vez, recai sobre a universidade pública, como bastião da ciência e da razão, tomar parte na maior tarefa da nossa era, que é impedir a extinção da vida na Terra por fruto da emergência climática que já estamos vivendo. A ciência é uníssona ao afirmar que estamos diante de uma ameaça sem precedentes à sobrevivência da nossa e de todas as espécies que habitam o planeta e que resta pouquíssimo tempo para evitarmos um ponto de não retorno.

Cabe a todos nós o combate implacável contra qualquer tipo de negacionismo e aqueles que estão dispostos a sacrificar a vida humana para garantir, momentaneamente, seus privilégios.

O Brasil só poderá se dizer uma democracia de fato quando superar a desigualdade abissal, o racismo estrutural e o patriarcalismo que excluem a maior parte do nosso povo do pleno exercício da cidadania. Da mesma forma, a universidade pública só atenderá plenamente seus propósitos quando for, de fato, para todos. Quando o filtro injusto do vestibular, que só serve para camuflar a realidade de que o pleno acesso à educação pública esculpido no texto da Constituição Federal, dos anos iniciais até o ensino superior, não é garantido para todos, não precisam mais existir.

O fato de a UNESP ser a primeira universidade estadual paulista a instituir uma política de reserva de vagas para alunos negros, indígenas e oriundos da escola pública, que só é uma realidade graças à mobilização dos estudantes em 2013, deveria ser motivo de orgulho para todos aqui. Sem essa conquista, talvez eu não tivesse a oportunidade de estudar em uma universidade pública.

Mas além de acessar o espaço universitário, é preciso que os estudantes tenham plenas condições de vivenciar todas as experiências e possibilidades que o ensino superior pode propiciar e isso só é possível com as políticas de permanência estudantil.

A ampliação das políticas de permanência não deveria ser obsessão só dos estudantes, mas de cada membro da comunidade universitária. A UNESP é derrotada a cada aluno que tranca a matrícula, abandona os estudos ou deixa de se dedicar à pesquisa porque não têm condições materiais para tal.

O direito à permanência é indissociável do direito à educação. Exorto a todos a, com sensibilidade, buscarmos soluções para universalizar esse direito. O governo do estado precisa assegurar o investimento adequado para o financiamento de moradias, bolsas e restaurantes universitários e, por isso, vamos lutar pela criação de um fundo público específico para esse fim. Porque por trás de cada número e estatística, existe um estudante que precisa comer, dormir e pagar as contas, existe uma família que vê seu primeiro filho entrar na universidade e existe um futuro cientista, músico, engenheiro, agrônomo, enfermeiro ou veterinário que precisa desse amparo para completar seus estudos.

Permanecer na universidade também significa garantir um ambiente de ensino saudável e seguro. Racismo, machismo, LGBTfobia e xenofobia são inimigos da educação, que só existem para segregar mentes brilhantes do processo de produção do conhecimento. Por isso, a UNESP precisa continuar sendo intransigente no combate a cada uma dessas violências, que estão arraigadas na nossa sociedade e precisam ser ativamente superadas.

Mas a UNESP não é um ente metafísico ou abstrato. Quem faz a UNESP existir são milhares de professores, dirigentes e servidores técnico-administrativos que dedicam seus dias a ensinar, alimentar, limpar, pagar e prestar contas e garantir o funcionamento de computadores, laboratórios, hospitais e fazendas.

Uma universidade de qualidade, com os melhores indicadores de produção científica, depende de servidores e professores valorizados. Na contramão do discurso que tenta desqualificar servidores públicos com vistas a privatizar seus serviços, sou testemunha de que professores e técnico-administrativos dão o seu melhor e trabalham por dois, três ou quatro pra suprir o quadro de falta de recursos existente.

Nada mais do que justo e necessário, portanto, que esses trabalhadores sejam remunerados e valorizados adequadamente. Por isso, me solidarizo aqui e apoio a luta dessas categorias pela equiparação salarial com a USP e a Unicamp. Afinal, se somos todos membros de universidades estaduais de excelência, nada justifica a disparidade entre as nossas instituições.

Para tudo isso, eu sei que é indispensável o investimento público adequado. Quem financia majoritariamente a produção científica brasileira é o Estado e assim deve continuar sendo. A iniciativa privada, que não está disposta a correr os riscos de uma pesquisa científica, não está apta para garantir plenamente as condições para o pleno desenvolvimento do ensino e da ciência.

A estagnação do repasse da cota-parte do ICMS para as universidades públicas desde 1995 (portanto, dois anos antes do meu nascimento), apesar da ampliação do número de campus, estudantes, cursos e servidores desde então, é um desrespeito com o povo de São Paulo que financia essas instituições com seus impostos. Minha luta na ALESP é pelo aumento desse repasse para 11,6%, como reivindica o Fórum das Seis há décadas, e pela distribuição isonômica desse recurso entre a USP, a UNESP e a Unicamp.

Isso só será possível se o atual governador não tiver sucesso em sua iniciativa de reduzir o orçamento da Educação pública para o mínimo possível, anunciada recentemente. Aliás, se não tiver sucesso em sua empreitada contra os serviços públicos que, assim como as universidades, prestam um serviço essencial para a população, como é o caso da Sabesp. Contra todas essas medidas, serei, e espero contar com vocês, oposição.

Em tempos de ameaças antidemocráticas, a autonomia universitária, fruto da mobilização acadêmica na década de 80, precisa ser defendida e assegurada. Por isso, nosso mandato está trabalhando em um projeto de emenda à Constituição Estadual para incluir essa conquista, que hoje é apenas um decreto, na lei maior do nosso estado.

Defender a UNESP é defender que a universidade tenha o investimento adequado para desenvolver ensino, pesquisa e extensão, remunerar decentemente seus servidores e ter uma política de permanência estudantil do tamanho da universidade. Por isso, minha primeira iniciativa como deputado estadual foi propor a criação da Frente Parlamentar em Defesa da UNESP que, com muito orgulho, vou presidir ao longo dos próximos 4 anos.

Frente esta que existiu na legislatura passada, mas sob a direção de um deputado dessa cidade que ficou conhecido por assediar sexualmente uma colega no plenário da Assembleia Legislativa. A “defesa da UNESP”, por estar presente em 24 cidades, é uma bandeira útil para deputados do interior, do litoral e da capital que querem agradar suas bases eleitorais. O problema é que essa defesa, muitas vezes, não se concretiza em ações concretas, mas apenas em mera fraseologia.

Pra defender a UNESP é preciso ser intransigente na defesa da liberdade de cátedra e do financiamento adequado para as universidades estaduais. Quem diz que defende a UNESP e, na LDO e na Lei Orçamentária Anual, vota pela manutenção do estado de subfinanciamento, mente.

Por isso, fico feliz de anunciar que a Frente Parlamentar em Defesa da UNESP volta a existir, agora sob a coordenação de alguém que, mais do que se formar na UNESP, tem a sua formação política ligada à luta pela nossa universidade em todas as suas dimensões. E quero convidar todos vocês para organizarmos, juntos, um grande ato de lançamento dessa frente, não na Assembleia Legislativa, mas em algum campus da nossa universidade.

Por fim, saibam que eu estarei ao lado da reitoria e de cada diretor de unidade para lutar por mais investimentos, pela liberdade de cátedra e pela valorização da nossa universidade. Mas não hesitarei de estar ao lado do movimento estudantil e sindical contra qualquer tentativa de repreender aqueles que lutam democraticamente pelas suas condições de ensino e de trabalho.

Porque entendo que todas essas são parte de uma mesma luta. É o movimento dos estudantes, professores e funcionários que empurra a universidade para avançar, se tornar mais acessível, popular e democrática, que cobra do governo o investimento adequado para pagar seus servidores e para as políticas de permanência estudantil.

Não haveria autonomia universitária, não haveria piso de investimento na educação, não haveria liberdade de cátedra, não haveria direito à estabilidade do servidor público, não haveria democracia sem a mobilização daqueles que vierem antes de nós. E não haverá avanços que hoje nos parecem inimagináveis se não houver quem lute hoje por eles.

E se alguém ainda questiona a contribuição do movimento estudantil para a defesa da nossa universidade, da democracia e da educação, eu estou aqui para testemunhar o contrário.

A luta em defesa da universidade pública é a luta pra que a ciência, sem amarras, continue encontrando formas melhores para nossa espécie viver e que o conhecimento produzido por nós seja direcionado, em primeiro lugar, para a maioria das pessoas que são as que mais necessitam, e não para uma minoria que pode pagar.

Essa luta vale a pena ser travada porque é, no limite, a luta pela democracia, pela igualdade e pela sobrevivência da humanidade. Somos todos, estudantes, servidores, professores, diretores, reitores e parlamentares, partes dessa luta. A UNESP tem dado uma contribuição imensa para o estado de São Paulo e o Brasil ao longo de quase 5 décadas de existência e ainda pode fazer muito mais se tiver o financiamento adequado, mais democracia e estreitar laços entre toda a nossa comunidade.

Contem comigo e com a Frente Parlamentar em Defesa da UNESP nessa luta. Muito obrigado!